



Babau: o teatro de bonecos popular da Paraíba



Saberes, fazeres, expressões e celebrações

Literatura de Cordel: caminhada para o reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil - p. 2

Cidade e Patrimônio

Cultura Popular de Pombal: expressão cultural paraibana - p. 4

Relicário da memória

Iphan-PB promove ações de preservação em Cabedelo e Pitimbu - p. 8

Cultura em ação

O início do processo de salvaguarda da capoeira na Paraíba - p. 10

Aprendiz de turista: viagem de Mario de Andrade à Parahyba - p. 12

Tema da edição - p. 6

Mestre Inaldo (São José dos Ramos/PB) e seus bonecos.
Foto: Amanda Viana.



Literatura de cordel: caminhada para o reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil

Rosilene Alves de Melo (UFCEG)

No ano de 2010, a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC) apresentou ao Iphan pedido de registro da literatura de cordel como patrimônio cultural imaterial do Brasil. O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) foi convidado a articular a rede de informações relacionadas ao cordel e desde então coordena as ações para encaminhamento do registro. Neste sentido, as histórias de vida dos poetas, o ofício, a arte e o engenho da feitura do cordel estão sendo documentados e uma ampla pesquisa que está em andamento revelará o “retrato” da literatura de cordel na atualidade. O resultado deste trabalho será apreciado

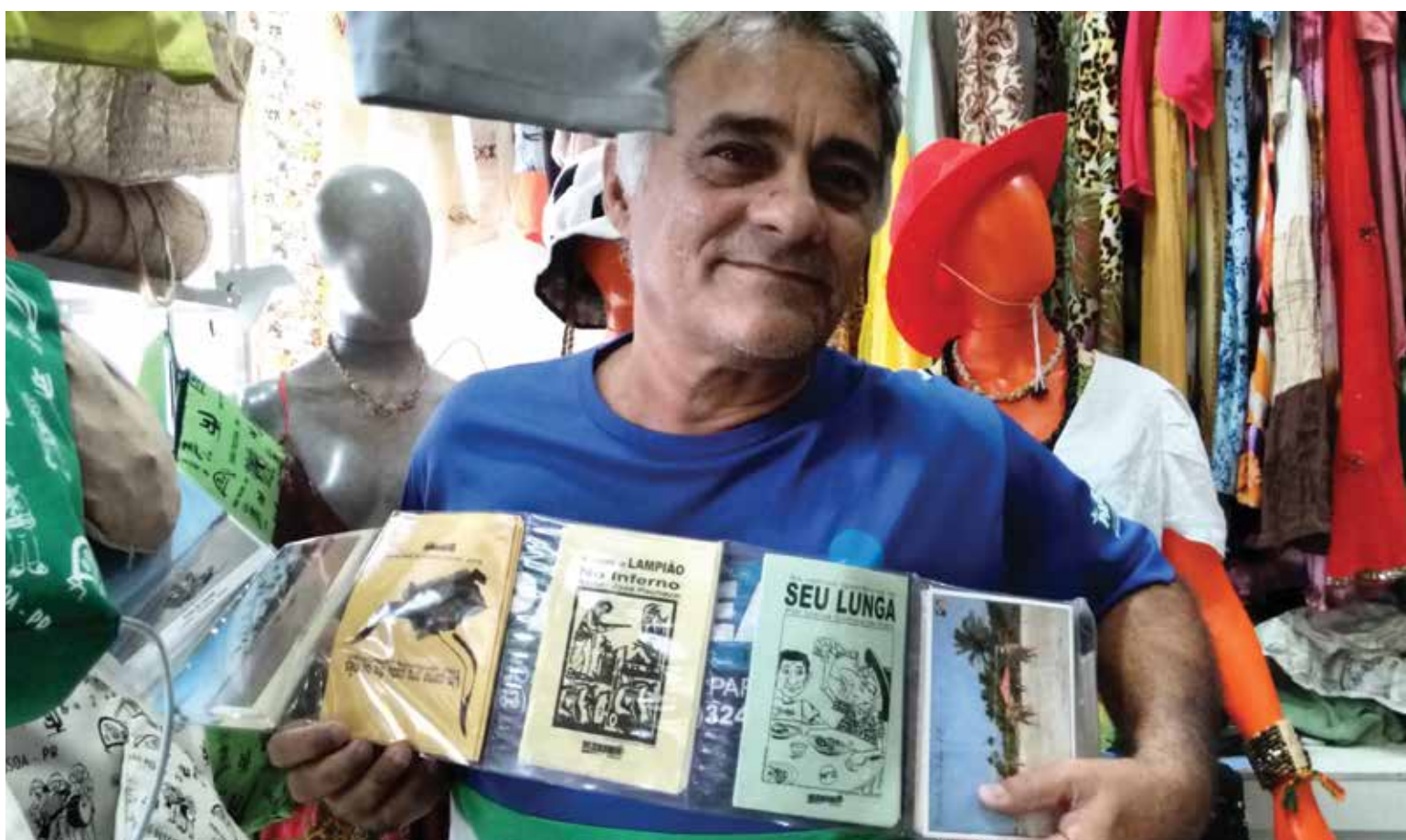
pelo Iphan que irá analisar o pedido de registro. Este acontecimento representará o reconhecimento governamental de uma arte que a sociedade brasileira já legitimou como patrimônio.

A partir do cordel, é possível mergulhar no universo pessoal do poeta e, ao mesmo tempo, observar como ele representa a sociedade e o tempo histórico em que vive. Assim o cordel se tornou uma literatura ficcional, um registro histórico dos acontecimentos e uma prática cultural.

O cordel tem uma forte relação com a cantoria de viola, como o repente. Na Serra de Teixeira, sertão da Paraíba, ao final do século XVIII, a família de

Agostinho Nunes da Costa e seus descendentes transformaram a cantoria num espetáculo popular. Cabe registrar que as mulheres também abraçavam a viola e as cantadoras Zefinha do Chabocão, Chica Barosa, Teresinha Tietre, Maria de Lourdes, Vovó Pangula instituíram a autoria feminina na poética de improviso.

A literatura de cordel possui características editoriais próprias. Os folhetos são publicados no formato de 10 por 15 centímetros, em papel jornal, com número de páginas múltiplo de 4, o que significa dizer que os folhetos em geral possuem 4, 8, 16, 32 páginas,



sucessivamente, recurso que se obtém dobrando uma folha de papel de 30 por 20 centímetros ao meio e em seguida na margem esquerda. As capas dos cordéis trazem informações editoriais importantes para os leitores: título, autor, preço, e, em alguns casos, editora/tipografia onde foi impresso. As capas apresentam uma imagem - fotografia, desenho, clichê ou xilogravura – que condensa a trama da narrativa em verso.

Ao final do século XIX, a literatura de cordel começou a se forjar como um sistema editorial que se beneficiou do surgimento da imprensa. O poeta Leandro Gomes de Barros (1865-1918), ao se instalar no Recife com a Tipografia Perseverança, foi o primeiro editor e autor de folhetos de cordel no Brasil a viver exclusivamente desta atividade. É nesta fase que o cordel passa a discutir a vida urbana, a modernização, o cangaço, a política. O cordel se espalha por todo o país e sai do anonimato. Romances, crimes, acidentes, secas, enchentes, guerras, moda, costumes. Multiplicam-se as editoras especializadas na publicação de folhetos. O cordel se firma como uma crônica diária dos acontecimentos e hoje se constitui em documentação fundamental para análise histórica.

Este é um dos desafios do Iphan: a dimensão nacional que o cordel assumiu exige um grande esforço para inventariar o presente sem esquecer o passado e a multiplicidade de aspectos envolvidos. Os primeiros resultados da pesquisa demonstram que o cordel não é uma prática cultural ameaçada de extinção; porém, o reconhecimento como patrimônio imaterial permitirá a elaboração de políticas públicas que garantam o acesso democrático das futuras gerações a esta arte.

Poetas discutem com o Iphan registros do cordel e do repente como patrimônio imaterial.

Foto: Alexandre Jaco.

Embaixo, cordéis vendidos na feira de Mangabeira. Ao lado, cordéis vendidos no Mercado de Artesanato de Tambaú. Fotos: Paola Bonfim.



Cultura Popular de Pombal: expressão cultural paraibana

Suelen de Andrade Silva (PEP-Iphan)

Situada a 387 km de distância da capital paraibana, Pombal guarda uma rica herança da cultura popular do Estado, a qual chamou e ainda vem chamando a atenção dos mais diversos olhares, seja de admiradores ou mesmo pesquisadores, até mesmo do poeta e escritor Mário de Andrade. Sua singularidade é expressa por meio do legado da cultura negra, constituída pelos grupos dos Congos da Confraria da Irmandade do Rosário e Pontões, manifestados durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a qual atrai diversas pessoas de todo o Estado da Paraíba. A Igreja, em estilo barroco e dedicada a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1721, marca o esboço do traçado urbano da cidade logo após a conquista dos portugueses sob o território indígena. Segundo a historiografia tradicional, hoje também é símbolo da resistência dos negros e representa o espaço de festividades religiosas e profanas ligadas a ela. Esse conjunto de manifestações

representa apenas uma pequena parcela da multiplicidade e riqueza que são originárias do município de Pombal, refletidas aqui.

Através da observação da realização das manifestações culturais no município de Pombal, percebemos a relação entre esse universo e que sua centralidade se faz por meio da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Por ser tão representativa, a Festa de Nossa Senhora do Rosário chega a se sobrepor aos festejos da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Bom Sucesso, e a festa de emancipação do município. Ela ocorre no início do mês de outubro, com duração de dez dias, quando é celebrada a festa religiosa e a festa profana. A abertura se faz com a celebração religiosa, onde é realizada a procissão do rosário, o qual é levado pela Congregação da Irmandade e acompanhado pelo grupo dos Negros Pontões. Os festejos são realizados no espaço físico que fica em

torno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde os devotos podem assistir às celebrações religiosas, usufruir dos parques, degustar as comidas típicas de festas do interior e assistir às apresentações dos grupos de cultura popular.

Sobre a Igreja do Rosário, curiosamente, quando construída, foi dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, indicando o sucesso da conquista do território, posteriormente com a construção de uma matriz em maior tamanho. No ano de 1872, a pequena igreja foi reivindicada para os ritos da população negra e pobre que não tinha espaço na matriz dos ricos e brancos. Com a instituição da Irmandade do Rosário em 18 de julho de 1895, consolidou-se a Festa do Rosário como um espaço de pretos, brancos, pardos e todos que desejassem cultuar a santa, dando início ao fim das segregações naquele espaço.

A tradição negra no sertão da Paraíba também é representada pela Congregação da Irmandade do Rosário. Ela existe em várias partes do país, sendo originada das missões religiosas portuguesas no período de colonização na África. Sua presença é registrada desde o século XVII, representando a cooperação entre os escravos, para o culto religioso (cristão/católico), a Nossa Senhora do Rosário. No Brasil, as Irmandades eram responsáveis pela coroação de reis negros, que tinham em alguns casos papel político e devoção religiosa.

O grupo dos Congos também tem origem na encenação de culto africano.





Festa do Rosário de Pombal, 2014. Foto: Acervo Iphan/PB.

Ao lado, foto antiga da festa do Rosário de Pombal com destaque para o grupo dos Negros dos Pontões. Foto: Acervo Verneck Abrantes.

Nele podemos observar a presença de uma corte, composta por rei, secretário, embaixador e os súditos, trajando roupas azuis, brancas e vermelhas, calças largas e chapéus em forma de cones. Os cânticos e seus diálogos continuam os mesmos de sua origem, verificado também na época em que as missões folclóricas de Mário de Andrade passaram pelo município e registraram a manifestação.

Os Negros Pontões, também de tradição africana, representam uma espécie de guarda do Rosário e da Congregação da Irmandade, sempre os acompanhando durante os trajetos e procissões da festa. São compostos

por lanceiros, guiados por seu chefe, e acompanhados ao som de banda cabaçal. Também usam trajes de cores azuis e vermelhas, com lanças na mão constituídas de bastões com um maracá na ponta. Seguem seus trajetos em duas fileiras, realizando dança e seguindo seu chefe. Podemos destacar também, ainda atreladas ao lugar da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, outras manifestações culturais, como a presença do Reisado, do Boi e da Burrinha.

As comunidades quilombolas, Rufino e Daniel, representam os núcleos de resistências e permanência dos negros no Sertão da Paraíba, cujos membros

são os agentes produtores de tal riqueza cultural e integrantes dos grupos citados anteriormente. Nota-se na fala das pessoas, sejam elas participantes da comunidade local ou mesmo visitantes, a vontade de que existam medidas para a proteção e preservação da cultura local. A observação da prática social e dos contextos vivenciados durante a festa nos mostra o quanto as manifestações são representantes da memória e identidade do lugar e significativa para a comunidade, por isso é imprescindível fomentar as práticas que prezem pela preservação da cultura popular local para as gerações futuras.

Babau: o teatro de bonecos popular da Paraíba

Amanda de Andrade Viana (ONG Cia Boca de Cena)

O teatro de bonecos popular do Brasil tem suas referências iniciais no período colonial, através da chegada dos europeus ao nosso continente, especificamente no Nordeste do país. As primeiras encenações estariam relacionadas a representações do nascimento de Cristo e, com o passar dos anos, foram mescladas ao cotidiano das pessoas e suas culturas locais, incorporando outras expressões populares aos contextos cênicos, como o Bumba meu Boi, o Pastoril e o Cavalo Marinho.

De acordo com algumas pesquisas, o nome “Mamulengo” é a nomenclatura mais conhecida na identificação desse tipo de teatro no Brasil, principalmente por pesquisadores das regiões Centro-Sul.

Porém, aqui na Paraíba, o nome dado pelos bonequeiros populares a este tipo de teatro é “Babau” que, segundo Mestre Clóvis, da cidade de Guarabira, é uma



sociedade de bonecos onde todas as personagens têm suas funções específicas. Acreditamos que esta popularização e generalização do termo “Mamulengo” se deu pelo fato de que os primeiros livros publicados sobre a linguagem teriam sido feitos por pernambucanos, onde tal nomenclatura tem sua origem.

Mamulengo em Pernambuco, Babau na Paraíba, João Redondo no Rio Grande do Norte e Cassimiro Coco no Ceará são as variações de nomes dadas ao teatro de bonecos do Nordeste, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan como um Patrimônio Cultural Brasileiro.

Sobre o Patrimônio

Sob a urgência da preservação e manutenção dessa manifestação artística em sua plenitude, no ano de 2004, a Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (ABTB – Centro UNIMA – Brasil) deu entrada ao pedido de registro do teatro de bonecos popular do Nordeste com o título de “Mamulengo – Teatro de Bonecos Brasileiro como Patrimônio Imaterial”, pois vários fatores (econômicos, socioculturais e históricos) estavam contribuindo para o rápido desaparecimento de muitas manifestações populares, sobretudo o teatro de bonecos nordestino.

Em 2008 o processo foi instaurado, sendo agora definida oficialmente a denominação do Bem como “Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengo, Babau, João Redondo, Cassimiro Coco”, uma decisão coletiva baseada nas discussões entre a ABTB, o Iphan e especialistas que identificaram que muitos bonequeiros não se reconheciam como “mamulengueiros” e apenas a

utilização do termo “Mamulengo” não contemplaria as diferenciações apontadas pelos mestres dos outros estados, além de Pernambuco.

Da solicitação ao processo de pesquisa e análise do dossiê, passaram-se onze anos de muita espera, até que no dia 05 de março de 2015, durante a 78ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em Brasília, o Teatro de Bonecos Popular do Nordeste foi aprovado, por unanimidade, como Patrimônio Cultural do Brasil e inscrito no Livro de Formas de Expressão do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Na Paraíba

A pesquisa no Estado teve a coordenação de Amanda Viana - pesquisadora especialista na arte bonequeira da Paraíba, com o suporte dos pesquisadores Luiz Silva, Jacqueline Alves Carolino, Bia Caclini e do bonequeiro Artur Leonardo, diretor da Cia Boca de Cena, além da orientação e supervisão da coordenadora geral Professora Doutora Izabela Brochado, da Universidade de Brasília - UnB e do Departamento de Patrimônio Imaterial do DPI/Iphan.

O trabalho foi desenvolvido nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Sapé, Mari, Guarabira, Bananeiras, São José dos Ramos, Pirpirituba, Solânea, Lagoa de Dentro, Caldas Brandão e Mogeiro.

Durante a pesquisa foram identificados quinze bonequeiros vivos e atuantes, dentre os quais, atualmente, três faleceram e outros não mais praticam o ofício, seja por motivos de idade, saúde ou opção religiosa.

É interessante informar que a quantidade de mestres bonequeiros registrados pela pesquisa não corresponde à realidade atual, pois, além da morte de alguns bonequeiros, também surgiram novas descobertas posteriores à pesquisa, cujos nomes não constam na lista dos identificados nesse processo.

Os mestres registrados foram: Zequinha, Ramiro e Jagunço de Bayeux; Clébio, Luiz e Clóvis de Guarabira; Damião Ricardo de Caldas Brandão; Vavau de João Pessoa; Inaldo e Sandoval de São José dos Ramos; Nildo de Lagoa de Dentro; Maestro de Bananeiras; Paulo de Mogeiro; Miro de Mari; e Leão de Solânea.

Agora, com o reconhecimento oficial do Bem, o trabalho consiste na formação do plano nacional de salvaguarda com ações reais e viáveis à manutenção e sustentabilidade desse patrimônio cultural brasileiro para as novas gerações.



Maleta com bonecos do Mestre Maestro (Bananeiras/PB). Foto: Paola Bonfim.
Acima, Mestre Araújo (Pedras de Fogo/PB) e ao lado, Mestre Miro (Mari/PB). Fotos: Acervo Cia Boca de Cena.

Iphan-PB promove ações de preservação em Cabedelo e Pitimbu

Pricilla Rezende (Iphan)

Ruínas de Almagre: igreja será entregue à comunidade

Popularmente conhecida como Ruínas de Almagre, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré está sendo submetida a serviços de escoramento, limpeza, cercamento, drenagem e iluminação. A ação foi definida pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba (Iphan-PB) como parte das medidas de preservação do patrimônio cultural e arqueológico previstas nos processos de licenciamento ambiental.

Localizada na praia de Ponta de Campina, em Cabedelo, litoral norte da Paraíba, a igreja do século XVI já pertenceu aos jesuítas que fundaram ao seu redor colônia de catequese indígena.

Como ruína, Almagre foi tombado em 1938 pelo antigo SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1946), como parte das políticas de tombamento vigentes que buscavam identificar e registrar imóveis coloniais existentes em todo o território nacional.

As próximas ações, previstas em duas etapas, preveem, além da estabilização definitiva das ruínas, a possibilidade de realização de uma anastilose, que consiste na reconstrução parcial de um bem histórico. Entre os aspectos a serem considerados está a análise das condições dos elementos remanescentes e das estruturas existentes. O procedimento admite a recomposição das partes, porém os elementos de integração deverão ser reconhecíveis.

Entre as atividades envolvendo Almagre está a sua recente inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). O trabalho foi realizado em maio deste ano e faz parte do projeto que prevê o registro de sítios arqueológicos da Paraíba. O CNSA apresenta os sítios arqueológicos brasileiros cadastrados pelo Iphan, com o detalhamento técnico e filiação cultural dos Sítios Arqueológicos.

A previsão é de que até o final do ano sejam concluídos os trabalhos desta etapa em Almagre. Em seguida, análise técnica e consulta popular vão embasar os trabalhos que definirão o uso correto e a destinação adequada para a igreja. Entre as manifestações populares estão o desejo de reativá-la como espaço religioso e torná-la rota de visitação turística.





Nossa Senhora da Penha de França depois de restaurada acolhe população para missas e celebrações

Missa solene foi celebrada para marcar a entrega da igreja para o povoado de Taquara, em 16 de julho, no município de Pitimbu (PB) e contou com a participação maciça da população. A igreja está em pleno funcionamento realizando encontros e celebrações.

O templo construído em meados do século XVIII e um dos marcos da ocupação do litoral sul paraibano foi entregue pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na Paraíba.

A reforma iniciada em novembro de 2015 fez a recuperação dos pisos, paredes, cobertura e seus elementos estruturais, acabamento e pintura. As intervenções tiveram o acompanhamento técnico do Iphan-PB para que cumprissem os parâmetros estabelecidos e garantissem a autenticidade da Igreja em suas características históricas e culturais.



De Estilo Barroco, o espaço religioso apresenta técnica construtiva de alvenaria mista de tijolos maciços e pedra calcária, empregando também a técnica tradicional do canjicado.

A iniciativa é resultado do Termo de Compromisso firmado entre o Iphan no Estado e a empresa Brennand Cimentos como parte do processo de licenciamento ambiental pela instalação de cimenteira no município. A próxima etapa é entregar a igreja Nossa Senhora do Rosário, que também é beneficiada pelo acordo e deverá estar pronta em novembro deste ano.

Igreja de Nossa Senhora da Penha de França antes e depois da restauração, Pitimbu/PB.

Fotos: Acervo Iphan/PB.

Ao lado, serviços de estabilização das Ruínas de Almagre, Cabedelo/PB.

Foto: Andreia Rocha.

O início do processo de salvaguarda da Capoeira na Paraíba

André Sarmiento (UFPB), Emanuel Braga (Iphan) e Saulo de Tarso G. da Nóbrega (UFPB)

A capoeira, historicamente, reclusa às ruas, às matas, aos redutos humanos marginalizados do Brasil, gradualmente sai dos becos e vielas “da vida”, ocupa os grandes centros urbanos, os vários setores da sociedade (escolas, instituições de ensino superior, órgãos do governo, entidades internacionais, etc.) e, através da contribuição de Mestres, Contramestres, professores e iniciados na capoeira, ganha o mundo.

Os últimos sessenta anos testemunharam a difusão da capoeira nos 5 continentes, sendo praticada em mais de 150 países. Esta dinâmica de expansão mundial deve-se a investidas dos próprios capoeiristas que se lançaram no mundo sem ajuda financeira ou estratégica de órgãos governamentais ou entidades privadas.

Na esteira dessa difusão, para alguns Mestres e especialistas no assunto, a capoeira apresenta-se como o maior divulgador da língua portuguesa e da cultura brasileira pelo mundo. Assim afirmou Gilberto Gil, ex-Ministro da Cultura do governo Lula, num pronunciamento em Genebra, Suíça, em 2004: “A capoeira se disseminou pelo mundo com entusiasmo. Mesmo sem falar português, um chinês, um árabe, um judeu ou um americano pode repetir o compasso da mesma música, a arte do mesmo passo, a ginga do mesmo toque”. E o Mestre Jelon ainda acrescenta: “Nós somos os verdadeiros embaixadores do Brasil no exterior”.

Em 2008, a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira

foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Embora o Registro tenha amplitude nacional, o reconhecimento se baseou em pesquisas desenvolvidas nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro - cujas capitais são consideradas, por estudiosos do assunto, como centros históricos da capoeira do século XIX. O conhecimento acumulado para instrução do processo permitiu a identificação dos principais elementos que constituem a Capoeira em seus sentidos contemporâneos: o conjunto de saberes transmitidos pelos mestres formados nas tradições da Capoeira e reconhecidos por suas comunidades; e a roda de Capoeira, forma de expressão que condensa todas as referências culturais da manifestação, onde ela se atualiza de modo pleno.

Entretanto, diante das especificidades culturais e da diversidade de modos de organização social e política da Capoeira pelo Brasil, o Iphan vem articulando encontros locais com Mestres, Contramestres e educadores da Capoeira voltados para a construção de diretrizes para a salvaguarda da Capoeira em cada Estado da Federação Brasileira.

A partir de 2014, após a realização de diversas rodas de conversa com representantes da capoeira na Paraíba, algumas diretrizes de planejamento de políticas públicas foram bastante debatidas e merecem destaque: 1. busca de parcerias com as Secretarias de Estado e Município de Educação para que Mestres, Contramestres e professores de Capoeira detentores do saber-capoeira

possam ministrar cursos, palestras e aulas em instituições de ensino fundamental, médio e superior; 2. articulação com os movimentos nacionais promovidos pelos capoeiras com vistas para a promoção de gratificação (ou aposentadoria) especial para os Mestres de Capoeira, reconhecidamente formados na tradição; 3. definição de políticas que promovam o apoio logístico para apresentações internacionais; 4. formação de um Coletivo de Mestres e Capoeiristas, representantes de associações e coordenadores de grupos e escolas de Capoeira na Paraíba que unifiquem o Plano de Salvaguarda; 5. Promoção/estruturação de pólos e projetos comunitários atuantes no Estado; 6. elaboração de um plano de manejo para as ambiências que produzem as matérias-primas utilizadas na produção dos instrumentos musicais da Capoeira; 7. realização de Fóruns locais para compreensão das demandas específicas e organização política dos grupos atuantes no Estado.

Algumas dessas diretrizes já se encontram em avançadas discussões, a exemplo do quarto ponto, pois há um consenso entre a maioria dos Mestres mais antigos do Estado, especialmente do município de João Pessoa, de que a prática sistematizada da Capoeira na Paraíba ocorreu pelas mãos e pés do Mestre Zumbi Bahia. Apesar da provável presença da Capoeira em outros contextos temporais e espaciais do que hoje se tornou o Estado da Paraíba, recentes registros historiográficos datam a década de 1970 do século XX como marco inicial da Capoeira paraibana.



Neste período, certas práticas lúdicas vivenciadas por grupos populares marginalizados pela organização do Estado brasileiro passaram a compor a alegoria da diversidade cultural nacional. Mesmo que continuassem a ser vistas como símbolos de um “folclore perdido no tempo”, algumas manifestações, a exemplo da Capoeira, transformaram-se em potencialidades culturais e turísticas passíveis de um olhar político estratégico.

Em tal contexto, Adalberto Conceição, o Mestre Zumbi Bahia, organizou uma apresentação cultural com seu grupo “Filhos de Obá” no ano de 1977 na capital paraibana. Após a realização do espetáculo, intitulado “Uma Noite na Bahia”, Mestre Zumbi Bahia foi convidado pelo historiador e folclorista Tenente Lucena para iniciar um trabalho educativo da Capoeira no SESC/João Pessoa. Um ano depois da referida apresentação, segundo estudo desenvolvido pela Contramestre e pesquisadora Malu, outro “evento” articulado pelo mesmo Mestre Zumbi Bahia contribuiu para a divulgação da Capoeira na Paraíba. O espetáculo “Berimbau de Ouro Show” foi realizado na antiga Coordenação de Extensão Cultural/COEX Universidade Federal da Paraíba e produziu um grande impacto

no público presente. Capoeiristas como Pássaro Preto afirmam que logo após a realização do evento, cresceu o número de alunos nos primeiros cursos de Capoeira da capital e os convites para as apresentações em colégios e em festas.

O Mestre Zumbi Bahia foi um dos precursores do ensino e prática da Capoeira na Paraíba. E, até hoje, alunos iniciados no universo da capoeiragem pelo Mestre Zumbi Bahia e outros Mestres, Contramestres, professores e alunos de outras escolas de Capoeira

lutam pela consolidação da Capoeira no Estado.

No intuito de contribuir para consolidação dessa articulação, a Superintendência do Iphan na Paraíba promoveu, em 2016, o I Fórum para Salvaguarda da Capoeira na Paraíba no município de João Pessoa, a fim de divulgar as informações produzidas pelo processo nacional de Registro e organizar o Plano de Salvaguarda voltado para as demandas específicas de Mestres, Contramestres, educadores e grupos de Capoeira presentes no Estado.

A Capoeira está viva nas rodas, nas ruas, nas escolas e na memória ativa dos seus Mestres, constituindo um movimento de resistência da cultura popular paraibana. Suas práticas educativas têm promovido, na maioria das vezes sem apoio de governos municipais, estaduais e federal, políticas públicas estratégicas no meio juvenil, articulando cidadania, cultura, esporte e lazer com as dimensões espirituais profundas da vida dos novos ingressos, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura de paz e participação crítica e política fundamentais na formação de futuras gerações.

I Fórum Capoeira PB. Foto: Acervo Iphan/PB. Embaixo, Grupo Capoeira Nagô do Mestre Baiano e o Graduado Jamayka, Conde/PB. Foto: Thiago Nozi



Aprendiz de Turista: viagem de Mario de Andrade à Parahyba

Rau Ferreira (IHCG)

“O Turista Aprendiz” é um dos mais importantes livros de Mário de Andrade, há muito esgotado e reeditado em 2015, através de projeto do Iphan. Os relatos de viagens registram manifestações culturais e religiosas coletadas pelo folclorista em todo o Brasil. Este “diário”, escrito com humor elevado e recurso prosaico, narra as inusitadas visitas de Mário ao Nordeste brasileiro. O seu *iter* inclui Estados como Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Mário adentrou à Parahyba na noite de 27 de janeiro de 1929. Vinha de automóvel de Natal/RN. Atravessou o Mamanguape para chegar à capital por volta das três da manhã do dia seguinte. No caminho, esperavam José Américo, Ademar Vidal e Silvino Olavo que lhe ofertou um afetuoso abraço e uma edição autografada de “Sombra Iluminada”. Após a hospedagem, fez breve passeio à beira mar, na praia de Tambaú. Na sua crônica, guardou a expressão d’o caso da aranha, uma “aranha enorme” que observou quando chegara a seu quarto provocando-lhe inquietude e medo

Os três amigos se esforçavam para que o autor de “Macunaína” (1928) coletasse melodias. Foram “gentilíssimos”, anotou. À noite visitou as oficinas do jornal A União que noticiou a sua chegada às terras parahybanas.



Mário permaneceu dez dias na Parahyba, desfrutando do convívio dos intelectuais ligados à Revista “Era Nova”, cujo encontro teria sido mediado por Câmara Cascudo e Antônio Bento. Em sua estadia nesse Estado, caminhou pelo litoral e visitou prédios históricos, alguns bairros e cidades. Foi conduzido por José Américo ao Brejo de Areia - passando por Alagoinha em dia de feira – e permanecendo naquele município brejeiro, em casa do escritor d’A Bagaceira (1928) até a boquinha da noite.

Mário de Andrade recolheu vasto material que vai de cantigas, cocos e cordéis; reunindo-se com os cantadores populares que tanto admirava.

Após sua vinda à Parahyba, Mário e Silvino Olavo ainda trocaram correspondências. Em 07 de setembro de 1928, o esperancense declara ter recebido

a sua obra “Macunaína”, proferindo alguns elogios. Já em 10 de maio de 1930, Olavo lhe envia alguns poemas ao modernista desejando publicá-los.

O Jornal Casa do Patrimônio é produzido pela Superintendência do Iphan na Paraíba, por meio da Casa do Patrimônio da Paraíba.

Equipe da Casa do Patrimônio da Paraíba

Átila Tolentino

Carla Gisele Moraes

Emanuel Braga

Letícia Helen S. Teles

Maria Olga Enrique Silva

Prícilla Rezende

Suelen Andrade

Superintendente do Iphan/PB

Claudio Nogueira

Chefe da Divisão Técnica do Iphan/PB

Christiane Finizola

Chefe da Divisão Administrativa do Iphan/PB

Lindaci Bandeira de Souza

Editor

Casa do Patrimônio da Paraíba

Projeto Gráfico e diagramação

Daniella Lira

Telefone: (83) 3241.2896

E-mails: iphan-pb@iphan.gov.br e casadopatrimonioparaiba@gmail.com

Fan page: www.facebook.com/casadopatrimonioparaiba/

blog: <http://casadopatrimoniojp.com>

Portal: www.iphan.gov.br

Este jornal foi impresso em papel reciclado.



MINISTÉRIO DA
CULTURA

